

## TECENDO A HISTÓRIA DO LÉXICO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL COM OS FIOS DAS TELAS DOS ATLAS LINGUÍSTICOS

WEAVING THE HISTORY OF THE LEXICON OF THE PORTUGUESE  
LANGUAGE IN BRAZIL WITH THE THREADS OF THE CANVASES OF  
LINGUISTIC ATLASES

Vanderici de Andrade Aguilera | CNPq | [Lattes](#) | [vanderici@uel.br](mailto:vanderici@uel.br)  
Universidade Estadual de Londrina

Helen Cristina da Silva | [Lattes](#) | [helensilva@unipampa.edu.br](mailto:helensilva@unipampa.edu.br)  
Universidade Federal do Pampa (*campus* Bagé)

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo demonstrar por meio de cartas lexicais de atlas linguísticos estaduais a contribuição das várias etnias na formação do português brasileiro (PB). Com base nos princípios teórico-metodológicos da Dialetoologia e da Geolinguística (CUNHA 1986; SILVA NETO, 1957; COSERIU, 1991; entre outros) e na sócio-história do PB (SILVA NETO, 1963; DIÉGUES JÚNIOR, 1980; MATTOS E SILVA, 2002, PETTER, 2008), buscamos verificar a relação entre os dados geolinguísticos e a história dos vários movimentos sociais que se operaram no Brasil, sobretudo, entre os séculos XVI e XIX. Para a análise, trabalhamos com os dados de cartas de atlas concluídos e/ou publicados, a saber: Atlas Prévio dos Falares Baianos (ROSSI, 1963), Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (RIBEIRO et al., 1977), Atlas Linguístico da Paraíba (ARAGÃO e MENEZES, 1984), Atlas Linguístico de Sergipe (FERREIRA et al., 1987), Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994), Atlas Linguístico de Sergipe II (CARDOSO, 2005), Atlas Linguístico do Paraná II – (ALTINO, 2007), Atlas Linguístico do Amazonas - (CRUZ, 2004), Atlas Linguístico de Pernambuco (SÁ, 2013), Atlas Linguístico do Amapá (RAZKY et al., 2017), Atlas Linguístico e Etnográfico de Alagoas (DOIRON, 2017) e Atlas Linguístico Topostático e Topodinâmico do Tocantins (SILVA, 2018). Dentre outras questões, os dados apontam, de um lado, a disseminação e o fortalecimento de formas do português culto e, de outro, a gradativa perda dos traços das línguas que o compuseram.

**Palavras-chave:** Português Brasileiro; Léxico; História; Atlas linguísticos.

**Abstract:** This study aims to demonstrate the contribution of various ethnic groups in the formation of the Portuguese language spoken in Brazil through lexical letters from linguistic atlases of Brazilian states. Based on the theoretical and methodological principles of Dialectology and Geolinguistics (CUNHA, 1986; SILVA NETO, 1957; COSERIU, 1991), among others, and supported by the social history of Brazilian Portuguese (SILVA NETO, 1963; DIÉGUES JÚNIOR, 1980; MATTOS e SILVA, 2002; PETER, 2008), we seek to verify the relationship between geolinguistic data and the history of the various social movements that operated in our country, especially between the 16th and 19th centuries. The data from completed and / or published atlas letters served as the basis for the analysis: Atlas Prévio dos Falares Baianos (ROSSI, 1963), Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (RIBEIRO et al, 1977), Atlas Linguístico da Paraíba (ARAGÃO e MENEZES, 1984), Atlas Linguístico de Sergipe (FERREIRA et al, 1987), Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994), Atlas Linguístico de Sergipe II (CARDOSO, 2005), Atlas Linguístico do Paraná II – (ALTINO, 2007), Atlas Linguístico do Amazonas - (CRUZ, 2004), Atlas Linguístico de Pernambuco (SÁ, 2013), Atlas Linguístico do Amapá (RAZKY et al., 2017), Atlas Linguístico e Etnográfico de Alagoas (DOIRON, 2017), Atlas Linguístico Topostático e Topodinâmico do Tocantins (SILVA, 2018). Among others questions, the data points, on the one hand, to the dissemination and strengthening of forms of cultured Portuguese and, on the other, to the gradual loss of the features of the languages that composed it.

**Keywords:** Brazilian Portuguese; Lexicon; Story; Linguistic atlases.

## Introdução

Os estudiosos da linguagem dos mais diversos ramos da Linguística são unânimes em considerar o Português Brasileiro (PB) como um amálgama das contribuições oriundas da língua portuguesa, de línguas africanas e de vários grupos indígenas autóctones, em especial do tupi. Acrescentam os pesquisadores, além da lusitana, a contribuição de europeus de distintas nacionalidades (italiana, alemã, espanhola, polonesa, ucraniana, entre outras) e orientais (japonesa, árabe, sírio-libanesa, entre outras), formando um tecido colorido de nuances mais ou menos acentuadas.

O título pode parecer pretensioso, mas entendemos *tecer* como uma atividade manual e cognitiva que, primeiramente, exige que se separem, criteriosamente, os fios; depois, que se avalie com cuidado a textura de cada um deles, verificando-lhes o com-

primento e o calibre, a fragilidade ou a resistência; em seguida, que se inicie a tecelagem combinando cores e formas até chegar ao produto final: à manta, ao tapete, à rede.

Os fios buscamos em telas especiais: nos cinco primeiros atlas linguísticos estaduais publicados até o final do século XX e em seis outros concluídos até os dois primeiros lustros do atual século. Trata-se, em ordem cronológica, no primeiro grupo, do Atlas Prévio dos Falares Baianos - APFB - (ROSSI, 1963), do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais - EALMG - (RIBEIRO et al., 1977), do Atlas Linguístico da Paraíba - ALPB - (ARAGÃO e MENEZES, 1984), do Atlas Linguístico de Sergipe - ALSE (FERREIRA et al., 1987) e do Atlas Linguístico do Paraná - ALPR (AGUILERA, 1994). Incluímos neste grupo, o Atlas Linguístico de Sergipe II - ALSE II (CARDOSO, 2005) e o Atlas Linguístico do Paraná II - ALPR II (ALTINO, 2007), pelo fato de ambos terem utilizado os *corpora* que já haviam sido coletados pelas autoras do ALSE e do ALPR, respectivamente.

Para o segundo grupo, selecionamos cinco atlas concluídos nos últimos quinze anos: Atlas Linguístico do Amazonas - ALAM - (CRUZ, 2004), Atlas Linguístico de Pernambuco - ALiPE - (SÁ, 2013), Atlas Linguístico do Amapá - ALAP - (RAZKY et al., 2017)<sup>1</sup>, Atlas Linguístico do Estado de Alagoas - ALEAL - (DOIRON, 2017), Atlas Linguístico Topostático e Topodinâmico do Tocantins - ALiTTeTO - (SILVA, 2018).

Sobre a fonte ideal para buscar o ponto de irradiação, de expansão, de permanência ou de rarefação de formas linguísticas, são bastante oportunas as palavras de Mattos e Silva (2002, p. 457) acerca da história social do Português Brasileiro:

Tendo sido formado na oralidade o português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro, a busca do seu percurso histórico tem de ser feita não fundada em *corpora* escritos, [organizáveis] *ad hoc*, como para o português culto brasileiro, como é óbvio, mas num processo de reconstrução do tipo — que designarei metaforicamente — arqueológico, em que, de evidências dispersas, calçadas pelas teorias sobre o contacto linguístico e pela história social do Brasil, se possa chegar a formulações convincentes.

Essa assertiva de Mattos e Silva (2002) nos levou a questionar e a responder: por que buscar nos atlas os testemunhos da história do PB? Porque uma carta linguística permite apreender um instantâneo dialetal da área explorada e a distribuição diatópica de determinadas formas lexicais, fonéticas ou morfossintáticas, com maior rapidez do que num glossário ou vocabulário, por exemplo. Além do mais, os dialetólogos e demais es-

---

<sup>1</sup> O ALAP, dessa série, é o único publicado até o momento.

tudiosos das variedades geográficas que nos precederam são unânimes em reconhecer a sua importância, seja como material prático e imprescindível para a descrição de todas as maneiras de dizer, seja como instrumento de reconstituição de antigas fases, uma vez que a distribuição geográfica atual das palavras e dos sons enseja-nos situá-las cronologicamente, definir-lhes as relações e, em suma, reconstituir-lhes a gênese.

Nas palavras do dialetólogo Cunha (1986, p. 57) um atlas linguístico:

é fundamentalmente um documentário de materiais lingüísticos, um grande vocabulário dialectal que visa a apresentar, de maneira científica e viva, sôbre cada mapa, as diferentes variantes de uma palavra ou de uma pequena frase em território mais ou menos vasto.

Embora não cheguemos ao extremo de admitir a excelência e a exclusividade do método geolinguístico em detrimento dos demais, indagamos: que outro método nos permitiria num único relance verificar que, em pleno final do século XX, o vocábulo *lua* ainda permanecia nasalizado nos registros *lũa*, *luma*, *lûma* em diversos pontos linguísticos da Bahia, Sergipe e Paraná, tal qual ocorria em Portugal até o século XVI, conforme atestam documentos da época? Que o vocábulo *fruta* conservava ainda a forma semiditongada *fruita* em boa parte do Paraná rural? E que itens lexicais procedentes do português seiscentista ainda se conservavam ao lado de galicismos, africanismos, espanholismos, tupinismos, como o *dente queiro*, a terra *sarolha*, o *fichu*, o *picinê*, o *cobé*, a *maçanilha*, o *urupê* e a banana *incõe*?

A história conta que o Brasil, antes de possuir cidades, desenvolveu-se a partir da costa, pela organização rural, nos engenhos, fazendas e sítios. Dessa forma,

a classe que tomou feição aristocrática ou de nobreza situava-se no mundo rural, vinha dos engenhos, das fazendas, dos sítios, e era ela que impunha às sedes administrativas que vamos chamar urbanas, as normas da vida, a própria administração, a formação dos Conselhos e Câmara” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 87).

Neste aspecto, a dialetologia e o método geolinguístico tradicionais<sup>2</sup> permitem o levantamento dos dados fundamentais para a documentação das fases mais antigas do português falado no Brasil, uma vez que seu objeto é a linguagem rural de falantes mais

---

<sup>2</sup> A partir do lançamento do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, em novembro de 1996, em Salvador, o Comitê Nacional do ALiB, considerando as mudanças sócio-econômicas e demográficas pelas quais passara o país nos últimos cinquenta anos e, atendendo às novas tendências da Dialetologia, propôs um atlas de natureza mais urbana, entrevistando informantes moradores nas cidades e não mais no campo.

idosos, não escolarizados e que se mantêm, de certa forma, longe dos grandes centros urbanos.

Tendo em conta que o acervo linguístico de uma comunidade espelha a história da mobilidade sócio-espacial do homem, acreditamos que a geolinguística contribui, substancialmente, para modificar a própria concepção da história de uma língua como bem salienta Coseriu (1991, p. 154-155):

não mais a história de um bloco unitário visto apenas em suas relações externas, mas a história de um jogo constante e infinitamente matizado, entre inovação e conservação, entre o falar concreto do indivíduo que realiza uma tradição linguística e a língua de uma comunidade histórica, que se alimenta continuamente dos atlas linguísticos individuais.

Essas assertivas ecoam nas palavras de Biderman (1997, p. 308), para quem o léxico

é a testemunha de uma cultura, porque é exatamente no domínio do léxico que as influências de substrato (indígena) e superestrato (africano) mais se manifestam (...). Os conceitos evoluem acompanhando a marcha da sociedade e as suas mutações. E o vocabulário vai acompanhando e refletindo as transformações dos estados da sociedade. Assim é que, ao fazer a história das palavras, muita vez os linguistas fizeram simultaneamente a história da sociedade.

Isso posto, neste estudo, buscamos demonstrar por meio de cartas lexicais dos referidos atlas linguísticos, bem como de estudos desenvolvidos por dialetólogos a contribuição das várias etnias na formação do português brasileiro (PB).

### **Revisitando estudos geolinguísticos que se reportaram à influência da história sócio-econômica sobre a língua portuguesa falada no Brasil**

Os estudos sobre a relação entre o léxico do português brasileiro e a história sócio-econômica dos povos que o formaram ocupam pouco espaço no trabalho dos pesquisadores, embora as reflexões sobre a interação língua e história social já constassem dos primeiros dialetólogos europeus, como Dauzat (1922, p. 58), conforme observamos neste excerto:

Ces déplacements, ces mouvements incessants expliquent la variété actuelle des parlers, que est due sans doute en partie, mais pour une faible partie seulement, à de lointaines causes ethniques résultant des invasions, des migrations et du dosage différent des races suivant les lieux [...] les voyages des mot sont instructifs à plus d'un titre. C'est au cours de

leurs déplacements que les termes sont le plus sujets à s'altérer, et d'autant plus qu'ils s'éloignent davantage de leurs points de départ. Ces voyages ne s'opèrent point au hasard: les mots suivent les grandes voies géographiques empruntées par les invasions comme par les échanges commerciaux et les relations sociales normales<sup>3</sup>.

Veny (1985), ao tratar dos fatores históricos sobre a formação da língua catalã, também reconhece a influência de vários deles, como a fragmentação do império romano, o substrato, o superstrato, as contingências políticas, o repovoamento e as migrações que se operaram no território da Catalunha.

No caso do PB, como sabemos, a uma população autóctone e heteróclita de cerca de cinco milhões de indivíduos falantes de pelo menos quinhentas línguas – podendo chegar a 1500, segundo alguns especialistas – pouco a pouco, ao longo de três séculos, vieram juntar-se, inicialmente, a partir da Bahia, o europeu – o descobridor –, e o africano – o escravizado, homens de hábitos, línguas, crenças, condições sociais e históricas totalmente diversos.

Os portugueses, imigrantes voluntários ou compulsórios – admitem hoje os estudiosos – não provieram de uma única região metropolitana, como até há pouco se imaginava. Ao contrário, vieram de todas as regiões de Portugal, refletindo as diversas peculiaridades dialetais do país. Aqui estabelecidos, o primeiro movimento foi o de não imposição da língua portuguesa, mas o de aprender o tupinambá ou tupi antigo e se servir dele para a catequese e a submissão do indígena.

Segundo Aryon Rodrigues (2010), foi nas áreas mais afastadas do centro administrativo da Colônia (que era a Bahia) que se intensificou e se generalizou o uso da língua Brasília como língua comum entre os portugueses e seus descendentes – predominantemente mestiços-escravos (inclusive africanos) e os índios Tupinambá e outros grupos incorporados às missões, às fazendas e às tropas: em resumo, toda a população dominava a Língua Geral. O indigenista esclarece:

ao estabelecer relações amistosas com uma comunidade indígena, os portugueses foram aprendendo a usar a língua desta e, aos poucos, foram introduzindo em suas conversas em português os nomes indígenas das coi-

---

<sup>3</sup> Estes deslocamentos, esses movimentos incessantes explicam a atual variedade de falares que, sem dúvida, se deve em parte, mas apenas em pequena medida, a causas étnicas distantes decorrentes de invasões, migrações e as diferentes miscigenações de acordo com o lugar [...]. As viagens de palavras são esclarecedoras de diversas maneiras. É durante seus movimentos que os termos estão tanto mais sujeitos a alterações quanto mais se distanciam de seus pontos de partida. Essas viagens não acontecem ao acaso: as palavras seguem as principais rotas geográficas percorridas pelas invasões, bem como pelo comércio e pelas relações sociais normais (Tradução livre).

sas típicas do novo meio ambiente, não só os nomes de plantas e animais, mas também os de artefatos e conceitos da cultura indígena e, igualmente, as designações de acidentes geográficos, como rios e riachos, lagos, morros e serras etc. (RODRIGUES, 2010, p. 31).

Sobre a influência das línguas africanas, Lobo (2015) cita Antônio Houaiss (1985, p. 77-78) ao afirmar que “pelo tipo de escolha a que eram submetidos desde os portos negros até sua localização como mão-de-obra no Brasil, os negros foram selecionados negativamente, a fim de que não se adensassem em um ponto qualquer, étnica, cultural e linguisticamente”. E Petter (2006, p. 124) completa:

esta política de mesclagem etnolingüística — ou, em outras palavras, de separação dos coétnicos e colíngues — tem sido destacada por antropólogos, historiadores da escravidão e da história lingüística do Brasil como um dos fatores para, das 200 a 300 línguas transplantadas com o tráfico de escravos, nenhuma ter-se implantado e difundido em território brasileiro, embora, a este respeito, se deva referir a ressalva de que algumas delas parecem ter tido uma relativa sobrevida, como teria sido o caso, por exemplo, do quimbundo, na Bahia do século XVII, e do ioruba, também na Bahia, mas já no século XIX.

No Brasil, já temos estudos sobre o léxico que ratificam a assertiva de Silva Neto (1957, p. 39) de que uma das múltiplas funções de um atlas lingüístico é oferecer “um quadro sinótico da história da língua, pois nos evidencia viagens de palavras, centros de inovação e expansão, cruzamentos, regressões e falsas regressões”. Tais estudos despertam para a comprovação de que os atlas se configuram como verdadeiras fotografias sociolingüísticas, pois resgatam e registram a distribuição espacial de variantes lingüísticas que carregam marcas étnicas e histórico-culturais que afetam a linguagem de um grupo social. Os atlas documentam, pois, além de fatos lingüísticos, valores, hábitos, heranças culturais e crenças de um grupo de falantes.

Não podemos afirmar que empreendemos, para localizar trabalhos geolingüísticos que trataram da relação língua falada e história social, uma busca exaustiva, embora a tenhamos feito pelos vários meios à disposição de qualquer pesquisador: livros, atlas publicados, anais de eventos, artigos em revistas, dissertações, teses e buscas na internet. Desse levantamento, selecionamos os estudos de Cardoso (1994), Pisciotta (1998), Aguilera (2002, 2004, 2009, 2010) e Isquerdo (2004).

O artigo de Cardoso (1994) é o mais remoto, que encontramos, a tratar da presença de empréstimos nas cartas do APFB e do ALSE, reportando-se, sobretudo aos galicis-

mos *luneta* e *pincenê* (para óculos), *baeta*, *boá*, *cachecol*, *cachecu*, *cachenê*, *fichu* (agasalhos), *alangé* ('de corpo mal feito') e conclui que:

os empréstimos não se constituem em fatos meramente lingüísticos, re-fletem, também e por outro lado, influência cultural e/ou política e/ou econômica. A influência francesa fez-se sentir como reflexo da relação cultural que se estabeleceu entre o mundo da lusofonia e o da francofonia. Profunda em Portugal, transplantada para o Brasil, assimilada em áreas rurais brasileiras, a influência francesa foi marcante, o que pode explicar a penetração pelo interior e a conservação, até o presente, de empréstimos com, em alguns casos, largo uso pelos falantes rurais (CARDOSO, 1994, p. 723).

Pisciotta (1998, p. 555-562) analisa as variantes populares para *útero* nos dados da carta 61 do APFB, buscando estabelecer uma conexão entre as ocorrências de *dona-do-corpo*, *senhora-do-corpo*, *mãe-do-corpo*, *madre*, *comadre*, entre outras, e a história da colonização da Bahia, iniciada no século XVI pelo extrativismo do pau-brasil. A autora faz várias reflexões sobre a importância das bandeiras, cujas incursões pelo interior ocorrem entre os séculos XVI e XVII; sobre a expansão da criação do gado pelo vale do São Francisco, semeando núcleos de povoamento no interior; sobre a busca de minérios em direção ao sul do estado, no século XVIII e sobre o desenvolvimento capitalista, durante o século XIX, marcado pela construção de estradas e ferrovias e do sistema de navegação pelo rio São Francisco. Diante desse quadro, Pisciotta (1998) busca alocar as variantes populares em cada etapa da história sócio-econômica da Bahia.

Aguilera (2002), ao dissertar sobre os tupinismos lexicais mapeados pelo ALPR, expõe que a maioria deles se concentra na área correspondente ao Paraná Tradicional, isto é, nas localidades mais antigas do Estado, partindo do litoral (Paranaguá, Guaraqueçaba, Guaratuba e Antonina), adentrando o Planalto de Curitiba e Campos Gerais (Curitiba, Adrianópolis, Rio Negro, Ponta Grossa). Nas palavras da autora:

a distribuição espacial dos nomes de base tupi pelo território que corresponde ao Paraná Tradicional aponta para a presença do colonizador paulista que, em suas incursões pelo interior, se fazia acompanhar por um grande contingente indígena. Basta mencionar que só a expedição de Raposo Tavares a Guairá, em 1628, partiu de São Paulo com 900 mamelucos e 2000 índios mansos auxiliares, dirigidos por 69 paulistas. Como usuários da língua geral é de se esperar que não só os bandeirantes que retornavam a São Paulo, mas também os que se estabeleceram em fazendas no Paraná, continuassem a usar essa língua geral no contato diário com os escravos índios e aí disseminando palavras do léxico tupi na denominação das coisas e seres da natureza e da vida do homem (AGUILERA, 2002, p. 31).

Isquerdo (2004, p. 533-546) descreve o espaço ocupado pelas designações atribuídas ao brinquedo infantil *estilingue* em três atlas regionais (ALSE II, EALMG e ALPR) sob as perspectivas geolinguística e lexicológica, com o propósito de associar a produtividade e a expansão diatópica das variantes com os movimentos socioeconômicos da história do Brasil.

A autora verifica, ao final, uma tendência de ampliação do acervo lexical dos falantes, no que se refere à parassinonímia, ou variantes lexicais. Reconhece, igualmente, que a distribuição diatópica irregular de algumas variantes indica maior ou menor resistência de determinados itens lexicais, conforme o espaço geográfico e a história social correspondentes. Cita, por exemplo, o registro da variante *besta*, apenas em Sergipe, apontando para um traço de conservadorismo linguístico; e *baleadeira*, bastante produtiva entre os informantes do ALSE II, em fase de expansão para o Norte do país; e *estilingue* apenas nos atlas de Minas Gerais e do Paraná, forma inovadora cuja expansão pode ser atribuída, respectivamente, à influência paulista ou carioca no falar mineiro e à influência paulista e mineira no norte do Paraná.

E conclui que

a disseminação, a manutenção e o desaparecimento de uma forma linguística num espaço geográfico são condicionados pela história social da região, pelas características étnicas da população e por condicionantes sócio-histórico-geográficos que determinam a forma de viver e de pensar de um grupo social (ISQUERDO, 2004, p. 545).

Aguilera (2004) trata da distribuição das variantes para a brincadeira infantil que consiste em “girar o corpo sobre a cabeça e acabar sentado”, conhecida como *cambalhota*, a partir dos dados apresentados em seis atlas estaduais: APFB, EALMG, ALPB, ALSE, ALPR e ALAM. O estudo permitiu à autora demonstrar que esses atlas, elaborados em um espaço de tempo de até quarenta anos, ainda registram um notável polimorfismo que se reflete nas variantes dialetais, como *cambalhota*, *cambota* / *escambota*, *cambona* / *escambona*, *bunda* / *bunda canastra*, *canga* / *cangapé* / *cangalapé*, *cabriola*, *pulo* / *salto mortal*, *tubi* / *maria tubi* / *corta tubi*, *capoeira*, *mané grosso*, *pirueta*, *coqueiro*, *baldando*.

A autora faz outras considerações, tais como:

é possível associar a distribuição diatópica das variantes léxicas aos movimentos da ocupação do espaço territorial através dos diversos períodos da história da formação do Brasil. Por exemplo, *cambota* é a forma mais antiga levada, provavelmente, pelos bandeirantes paulistas para as diversas

regiões por onde penetraram em busca de escravo indígena ou metais e pedras preciosas; e *cangapé*, disseminada no Amazonas pelos nordestinos durante o ciclo da borracha (AGUILERA, 2004, p. 24).

Em outro estudo, Aguilera (2009), explorando em sete atlas concluídos entre os anos 1963 e 2005 (APFB, EALMG, ALPB, ALSE, ALPR, ALAM e ALSE II), as cartas referentes a *cambalhota*, *pega-pega*, *estilingue*, *bolinha-de-gude* e *papagaio/pipa*, salienta, em suas considerações finais, que o campo dos brinquedos e das brincadeiras infantis delineia-se como uma profícua fonte para associar a linguagem de transmissão oral aos movimentos sociais, sobretudo o papel dos bandeirantes e garimpeiros paulistas sobre a língua portuguesa nos primeiros séculos da história do povoamento. Discorre, também, sobre a presença de variantes mais antigas, como *bodoque*, *funda*, *besta* e *seta*, para atiradeira que, “no decorrer de sua história, e devido a condicionantes histórico-culturais, perderam alguns semas originais e receberam outros ao nomear referentes distintos, às vezes até com traços semânticos diferenciados” (AGUILERA, 2009, p. 67).

Ainda Aguilera (2010) propõe verificar a vitalidade de variantes regionais e antigas, introduzidas pelos portugueses, nos primeiros séculos de ocupação do Brasil, bem como aquelas trazidas das línguas africanas, em especial o quimbundo, outras apropriadas das línguas indígenas, além de empréstimos do francês e do espanhol. Para tal desiderato, analisa algumas variantes lexicais extraídas de cinco atlas estaduais brasileiros (APFB, ALPB, ALSE, ALPR e ALAM), que investigaram a linguagem rural e compara-as aos dados do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB - (CARDOSO et al., 2014), coletados em quinze capitais, junto a informantes urbanos. Seleciona para análise as denominações populares para a *peça íntima feminina usada para segurar os seios*, *dentes terceiros molares* e *bananas ou frutos que nascem grudados*. A autora verifica que: (a) os nomes mais frequentes para a peça do vestuário feminino nos atlas rurais provieram do francês: *sutiã*, *corpete*, *califom*, *bustiê* e, no ALiB, *sutiã* é a forma majoritária com 90% dos dados, registrando-se *corpete*, nas capitais do Norte e Nordeste, com índice de 10%; (b) variantes para os terceiros molares, estão registradas no APFB, no ALSE e no ALAM, predominantemente, como dente *queiro*, mas no ALPR foi elicitado apenas quatro vezes; dos dados do ALiB, constam apenas dois registros de *colmilho* (do espanhol *colmillo*); dente do *siso* e do *juízo* sobressaem-se em 65,5% das ocorrências e *queiro* e *queixal*, ainda são frequentes nas capitais do Norte e do Nordeste; (c) a questão para frutos grudados, em dados rurais, foi investigada apenas no ALPR em que *gêmeas* e *filipe* detêm 89% dos dados e *incõe/inconha*, 11%. No ALiB,

as respostas mostram 77,4% para *gêmeas*, 9,7% para *filipe* e apenas duas ocorrências para *mabaça* (do quimbundo), não há nenhuma ocorrência para *incõe/inconha* (do tupi), nas capitais.

Com base nesses dados, Aguilera (2010, p. 30) conclui que:

- a) da crescente, para não dizer avassaladora, urbanização do Brasil decorre a tendência muito forte para a nivelação da linguagem exercida pela escola e pelos meios de comunicação no contexto sócio-econômico-cultural dos falantes;
- b) traços portugueses arcaicos ainda não foram totalmente eliminados, sobrevivendo em áreas laterais e mais distantes dos grandes centros, como *dente queiro*, *queixal*, *filipe*, entre outras;
- c) contribuições tupis, africanas e empréstimos franceses e espanhóis tendem a desaparecer da fala urbana, como *inconha/incõe*, *mabaça*, *bustiê*, *corpete*, *colmilho*.

Após apresentar os estudos selecionados, focamos na análise de alguns dados lexicais oferecidos pelos cinco primeiros atlas estaduais publicados entre 1963 e 1994, cujos *corpora*, majoritariamente rurais, trazem marcas capazes de revelar fatos da sócio-história do Brasil.

### **Uma análise do acervo lexical registrado nos atlas estaduais publicados entre 1963 e 1994<sup>4</sup>**

Como já explicitado neste artigo, o APFB, o EALMG, o ALPB, o ALSE e o ALPR foram os primeiros atlas estaduais publicados, o que ocorreu no período de 1963 a 1994. Neste grupo, incluímos para análise as cartas do ALSE II e do ALPR II, que representam a continuidade do ALSE e do ALPR, respectivamente, embora tenham vindo à luz no início do século XXI.

---

<sup>4</sup> Sintetizamos, aqui, as características desses atlas: o APFB coordenado por Rossi (1963), composto por 154 cartas analíticas (com o registro fonético em cada ponto e por informante), coletada em 50 pontos linguísticos junto a 100 informantes de ambos os sexos. O EALMG, elaborado por Ribeiro e colegas (1977), resultado da aplicação *in loco*, em 116 pontos linguísticos com a colaboração de apenas informantes homens. Contém 73 cartas linguísticas das quais 45 são onomasiológicas e 28 cartas sintéticas. O ALPB, de Aragão e Menezes (1984), resultado da fala coletada em 25 localidades, em cada uma das quais foram entrevistados de três a dez informantes de ambos os sexos, cujas respostas foram elaboradas em 149 cartas mistas (lexicais e fonéticas). O ALSE, de Ferreira et al (1987), com 156 cartas fonéticas, 12 cartas-resumo e 12 comparativas com os dados do APFB, com uma rede de pontos composta de 15 localidades em cada uma das quais foram entrevistados um homem e uma mulher. Para a elaboração do ALSE II, Cardoso (2005) buscou nas respostas não utilizadas pelo ALSE o *corpus* necessário para compor as 105 cartas semântico-lexicais. O ALPR, resultado da tese de Aguilera (1994), conta com 191 cartas, das quais 92 de variantes lexicais, 70 de fonéticas e as demais isoglóssicas. Altino (2007), para a sua tese, aproveita as respostas das questões que não foram mapeadas por Aguilera e compõe o ALPR II com 125 cartas lexicais, 50 cartas fonéticas e duas cartas dialectométricas.

O que revelam as cartas lexicais desses atlas predominantemente rurais? Uma significativa diversidade de falares: diferentes formas de registrar o mesmo vocábulo e o mesmo fonema; variantes lexicais revestindo o mesmo conceito, apontando para a contribuição dos três principais povos formadores da nação brasileira, além da posterior contribuição imigratória.

Iniciamos pelos tupinismos presentes no APFB e, para comprovar a etimologia das lexias, recorreremos aos dicionários de Aulete (1964), Cunha (1982;1986), Ferreira (2004) e Priberam (on-line)<sup>5</sup>. Na análise de parte do acervo lexical, que ora propomos, os tupinismos foram documentados em maior número na Bahia e em Sergipe do que na Paraíba. Isto talvez pela especificidade dos campos semânticos investigados, ou pelos motivos ligados à história social e demográfica, ou até mesmo pelos movimentos cíclicos em favor de um nacionalismo, de um abasileiramento da linguagem que encontrou na primeira capital brasileira, Salvador, um campo fértil para desenvolver as ideias iniciais de libertação do estado colonial.

No APFB, a concentração de lexias tupis (mais de dez por ponto) ocorre a partir do Litoral, irradiando-se pelo interior, refazendo o caminho dos portugueses nos séculos seguintes ao do descobrimento e confirmando a tese de Silva Neto (1957, p. 22), “de que o emprego da língua geral foi progressivamente diminuindo nas comunidades urbanas do litoral, para ir-se concentrando nos ambientes rurais do interior”. Daí porque, na denominação de animais, plantas e na toponímia se faz sentir com mais força a presença indígena.

Nos 50 pontos investigados pelo APFB e nos 15 do ALSE, registramos como mais frequentes: *araticum* (variedade de fruta), *arapuá* (espécie de abelha), *brocotó* (buraco, grotta), *crueira*, de *curueira* (parte dura da farinha de mandioca), *enxu* (ninho de abelha), *gambá*<sup>6</sup> (mamífero marsupial), *jerimum* (abóbora), *jiqui* (covo de pescar), *mandaçaia* (espécie de abelha), *mangangá* (tipo de marimbondo), *maniva* (mandioca, caule da mandioca), *tapiocaba* (espécie de vespa), *tamanjuá* (doença que ataca a mandioca), *tauá* (tipo de terreno), *maniçoba* (folha de mandioca), *apicum* (língua de terra), *mundéu* (tupi, armadilha).

O EALMG, por ter contemplado apenas dois campos semânticos: fenômenos da natureza e brinquedos e brincadeiras infantis, traz poucas denominações de provável base tupi, como *jererê*<sup>7</sup> (garoa), *piracema*<sup>8</sup> (cerração) e *mutuca* (pular carniça, dicionarizado com outro significado).

<sup>5</sup> Esses dicionários foram escolhidos por atenderem aos propósitos da pesquisa quanto às informações etimológicas, conceituais e de referências literárias do uso das entradas.

<sup>6</sup> Para Cunha (1982), a lexia *gambá* é de origem tupi, mas de étimo obscuro.

<sup>7</sup> *Jererê*, com o significado de chuva miúda, garoa, Caldas Aulete (1964) registra como brasileirismo da Bahia. Cunha (1982) e o dicionário Priberam, no sentido de pequena rede de pesca, apresentam a lexia como vinda do tupi *iere're* e *yere're*, respectivamente.

<sup>8</sup> *Piracema* é dicionarizada por Caldas Aulete (1964), Cunha (1982) e Priberam, como de origem tupi, apenas com o significado de *saída dos peixes para a desova*.

O ALSE II também mostra a manutenção dos tupinismos com onze ou mais registros em todas as localidades investigadas e com uma distribuição diatópica mais uniforme por todo o território, decrescendo ligeiramente numa faixa intermediária ao norte. Alguns exemplos: *urupemba* (espécie de peneira), *aribé* (prato grande de barro) *picumã* (fuligem), *pitu*, *pituim* (mau cheiro), *maracá* (tupi), *peteca* (bolinha de gude e atiradeira).

No ALPB, devido aos campos semânticos investigados e ao pequeno número de questões que poderiam suscitar variantes tupis, obtivemos: *cupim*, *arapuá*, *enxu/enxuí*, *urupema/urupemba* (espécie de peneira), *samburá* (cesto), *arataca* (variedade de beija-flor), que se distribuem de forma descontínua pelo Estado.

No ALPR, os tupinismos coletados pertencem, majoritariamente, ao campo semântico da natureza (fauna em sua maioria) e podem ser comuns a outras regiões, como *urubu*; *carancho* para espécie de gavião; *picumã*, fuligem; *carijó*, variedade de galinha; *mutuca/butuca*, para a mosca que pica o animal; ou regionalismos rurais que se irradiam do litoral em direção ao sul, centro-sul e norte, rarefazendo-se na parte ocidental, nas regiões denominadas do Paraná Moderno. É o caso de *inconha/incõe* (banana ou frutos grudados), *jojoca* (solução), *urupê* (cogumelo), *peca/peva/nambeva* (variedade de galinha).

Quanto à presença<sup>9</sup> africana no léxico, embora o contingente negro tenha sido mais numeroso que o branco e indígena nas cidades, vilas, fazendas e engenhos, principalmente da Bahia, a contribuição linguageira para o português médio falado no Brasil mostra-se proporcionalmente inferior aos tupinismos. Para Mendonça ([1933] 1973, p. 87-88), citado por Petter (2006), o nagô ou ioruba, quimbundo, gêge ou ewe, kanuri ou nifê, e guruncis seriam as línguas africanas que teriam sido faladas no território brasileiro desde o início do tráfico negreiro, entendendo que, dentre elas, predominaram o nagô ou ioruba, na Bahia, e o quimbundo, no Norte e no Sul, e este último seria a língua que exerceu maior influência sobre o português falado no Brasil.

A condição socioeconômica do negro cerceou não só sua ascensão social como a influência na linguagem, restringindo-se, nos campos semânticos investigados pelos atlas, a termos da liturgia de práticas religiosas, na denominação de mestiços, e uma ou outra lexia no campo da flora, da fauna e das atividades rurais, como se comprova pela presença de *caçamba* (recipiente para guardar água), *moleque* (menino), (galinha) *d'angola*, *bunda canastra* (brincadeira infantil), *nagô* (mestiço), *catimbauzeiro/catimbozeiro* (feiticeiro), *candomblezeiro* (o que pratica o candomblé), *macumba* (feitiçaria), *babaça/mabaça* (ir-

---

<sup>9</sup> Bonvini (2008, 103) advoga a ideia de designar a presença de africanismos no PB como 'empréstimos' entendida como a capacidade corrente normal de toda língua de apropriar-se dos termos necessários a sua própria expressividade, qualquer que seja sua origem, quando o contexto discursivo assim o exigir.

mão gêmeo), *marimbondo* (espécie de vespa), *cacumbu* (machado ou enxada já gasta), *munzuá*<sup>10</sup>, *quenga*<sup>11</sup> (prostituta) e *macaia* (tabaco, do kicongo e bras.BA, MG, SP) entre outros.

Embora na culinária a influência africana seja, atualmente, bastante significativa, este campo foi pouco explorado por esses atlas estaduais. Alkmim e Petter (2008, p. 157-158) registram a maioria das palavras, elencadas na sequência, como de origem africana, agrupando-as em três categorias: categoria 1 (usados em qualquer interação social): *banzo, caçamba, cachaça, cachimbo, caçula, candango, carimbo, caxumba, cochilar, corcunda, fubá, gíbi, macaco, macumba, marimbondo, miçanga, moleque, moringa, quitanda, quitute, xingar*. Na Categoria 2 (de uso coloquial): *bamba, catimba, catinga, muxoxo*. Categoria 3 (marcadamente informais, de uso restrito): *angu, babaca, biboca, bunda, cafofo, cafundó, cucuia, muvuca, muxiba, sacana, zumbi*. Petter (2008, p. 79) esclarece que

as apropriações de termos de línguas africanas no português angolano, brasileiro e moçambicano não têm frequência elevada de uso e não ocorre, em todos os enunciados produzidos pelos seus falantes. A maior parte dos empréstimos de línguas africanas refere-se a domínios semânticos específicos: o meio natural, a flora e a fauna africanas, a culinária, a religião, a música, constituindo um vocabulário de emprego especializado que pode ter, ainda, um uso regional.

Do ALSE e ALSE II, coletamos os seguintes africanismos: *banguelo/banguela, bunda, caçula* (prov. do quimbundo); *moringa* que, para Cunha (1982), vem do cafre e para Ferreira (2004) do quimbundo, *manauê*<sup>12</sup> (bolo de milho), *bunda* (quimbundo), *abiana* (toco de cigarro—de *abiã*, ioruba?), *ganzá* (quimbundo), *mucumbu*<sup>13</sup> (Bras. PE espinha dorsal).

O EALMG, devido à sua especificidade, não é muito pródigo em vocábulos de línguas africanas. Citamos *cafifa*<sup>14</sup> (papagaio de papel), *buzo*<sup>15</sup> e *cuscuz*<sup>16</sup> (jogo de palito, por-

<sup>10</sup> *Munzuá*, covo feito de fasquias de taquara ou de bambu. 1899. De origem africana, mas de étimo indeterminado (CUNHA, 1986).

<sup>11</sup> Em Cunha (1986) consta como ‘vasilha feita de metade do endocarpo do coco’ ‘o conteúdo dela’. 1844. Do quimbundo.

<sup>12</sup> Segundo Ferreira (2004), de possível origem africana.

<sup>13</sup> Para Aulete (1964), *mucumbu*, bras. PE, significa a parte da cauda do boi desprovida de sedas. Em Ferreira encontramos como bras. PE no significado de utensílios, troços e bras. CE, cóccix.

<sup>14</sup> Cunha (1986), no verbete *cafife*, datado de 1899, no sentido de ‘série de contrariedades, contínua falta de êxito, falta de ânimo, mal estar’, registra que talvez seja do quimb. *ka'fife* ‘sarampo, moléstia sem gravidade, mas que aborrece muito o doente’.

<sup>15</sup> Consta de Cunha (1986) como tipo de jogo popular, do século XX. De origem africana, mas de étimo indeterminado.

<sup>16</sup> Para Cunha (1986) vem do árabe *kuskus*. Datada do s. XV, como *coscuz* e em 1507, como *cuscus*.

rinha). De origem obscura: *tribuzana*<sup>17</sup> e *trubidanga* (tromba-d'água).

No ALPB, novamente, é restrita a presença de africanismos, especialmente do quimbundo: *cacimba* (poço ou olho d'água); *bunda canastra* (cambalhota); *maribondo/marimondo* (inseto); *quibano/quibando* (peneira de palha).

No ALPR, são poucas as perguntas que poderiam levar a nomes africanos, apenas registramos duas lexias, ambas atestadas como de origem quimbunda: *gongolô* (centopeia) e *calango* (espécie de lagartixa), em pontos onde a migração nordestina para o Paraná foi mais intensa nas décadas de 1950-1960, sem que necessariamente os migrantes fossem de descendência africana. Essa baixa produtividade de africanismos no PR pode estar ligada ao fato de a população negra, nessa então província, no início do século XIX, não ter ultrapassado 17%, ao contrário do Maranhão com mais de 66% e da Bahia com mais de 30% (HOUAISS, 1985, p. 80).

Uma dificuldade que se coloca ao pesquisador, na definição da gênese do vocábulo, é comprovar a sua origem africana, já que a maioria dos dicionaristas se exime de uma afirmação categórica, preferindo utilizar certos “entornos” linguísticos como *brasileirismo*, ou *provável origem quimbunda*, ou ainda *etimologia obscura* ou *controversa*; em muitos casos não consta das entradas do dicionário.

Sobre o assunto, Silva Neto (1963, p. 204-205) faz uma observação interessante, ao afirmar que “muitos “brasileirismos” há até com raízes latinas! Vezes há, é certo, que a palavra já não pertence à língua comum de além-mar, nem mesmo está documentada nos textos; mas deve ter existido no passado, ou viçar, ainda nalgum recanto”. A língua portuguesa no Brasil, como sabemos, começa a se tornar hegemônica apenas em meados do século XVIII. Mas, nas telas dos atlas linguísticos, em que tecemos alguns instantâneos da História da Língua Portuguesa, aí estão trançados muitos fios remanescentes de um português quinhentista ou seiscentista, que não fazem parte da linguagem comum do falante urbano. Do APFB, ALSE e ALSE II, apenas a título de ilustração, destacamos, além de variantes fonéticas arcaizadas como *briba* e *biba* (de víbora, para espécie de lagartixa), *vea*, *area* (veia, areia), *candeeiro*, *malina* (maligna, para febre, doença), registraram-se entre outras, as variantes lexicais que, ora são consideradas do português lusitano, ora, como brasileirismos: *fato* (estômago), *zelação*, *velação* (estrela cadente), *caçote* (pequena rã), *cruviana* (vento forte), *sarolha/saroia* (terra umedecida pela chuva), *pataqueiro* e *jornadeiro/jornalista* (trabalhador de enxada), *cantareira/cantalera* (clavícula), *peadô/piadô* e *mocotó* (tornozelo), *entojo*, *antojo* (enjoo), *móvito* e *perca* (*aborto*), *abusão* (superstição);

---

<sup>17</sup> *Trabuzana* está dicionarizada em Cunha (1986) no sentido de tempestade, temporal, datada do século XVIII, de origem obscura, talvez de formação expressiva.

*alojo*<sup>18</sup> (vômito), *trelosa* (criança irrequieta); *quartinha*<sup>19</sup> (recipiente para água), *argueiro* (cisco que cai no olho), *pábulo/pabo* (pretensioso); *somítico* e *canguinho* (sovina, usurário); *caboje* (açoite para malhar cereais); *cangote*; *toutiço/toitiço* e *cabeloro* (nuca); *camarinha* (quarto de dormir), *jabiraca* (lenço de pescoço), *lombinho* (cisto sebáceo), *borbulha* (bolha d'água), *matéria* (pus), *peçonha* (pus); *giba*, *gibudo* (corcunda), *mouco* (or. obsc.), *machim* (tornozelo), *chapa* (dentadura. Bras.), *provoco* (vômito, Bras. N), *queixal* (dente molar), *jardineira* (ônibus, bras.), *badoque* (atiradeira, árabe, Bras. BA e AL), *baleadeira* (atiradeira, Bras. AC a PE); *besta*, *funda* (Bras. MS e RS), *bogue* (Bras. NE, murro); *amancebada*, *bacorinho* (Bras. de origem controvertida); *cambeta* (Não dicionarizado em Cunha (1986) e em Ferreira (2004), *capuxo* (Bras. espiga), *corrimboque* (Bras.); *tunco* (muxoxo) (Bras. NE, ALSE II).

Do EALMG, podemos considerar algumas lexias como remanescentes do português antigo e, ao que indicam os dados, com tendência ao desuso: *arco-da-velha*, *arco-da-aliança*, *chuva-de-flor*, *librina*, *lubrina*, *zelação*, *mãe-do-ouro*, *papa-ceia*, *cambota*; *bilosca*<sup>20</sup>, *caçapa* e *loca* no sentido de búrca; *bodoque* e *seta* para estilingue; *bila* (Bras. CE), *bola de fona*<sup>21</sup> (Bras.), *cachopa* (dic. outro significado), *cambota* (1813, brincadeira de virar o corpo. Bras. MA e RS).

Como formas comuns ao APFB, ALSE, ALPB e ALPR, temos, entre outros, *lúa*, *lūma*, *luma*, *arco-da-velha*, *arco-de-velho*, *dente queiro*; *nafro/náfico* (manco) e *mangual* (instrumento para malhar cereais). No PR, destacamos *fuzilo* (relâmpago ou raio), *inguiro/ingrim* (espiga de milho falhada), *garrão* (calcanhar), *cuitelinho* (beija-flor), *surjoa* (parteira), *mãe-do-corpo* (útero), *setra* (estilingue), *silhão/sião* (espécie de arreio usado antigamente na montaria feminina). Também, nos Atlas, não são raras as formas paralelas: *vagalume/bagalume*; *gengiva/gengiba*; *vassoura/ vassora/ bassora*; *lobisomem /lúvisome*; *sovaco/ subaco*, *vagem/ bage*; *verruça/ birruça*, também frequentes em Portugal. Outras variantes comuns a dois ou mais atlas: *sumítico* (de semítico, avarento), *zambeta* e *zambito* para pernas arqueadas e *zelação* (meteoro), no APFB, ALSE e ALPB.

Sobre os empréstimos de outras línguas, convém lembrar que, segundo o IBGE (2000), entre 1884 e 1959, o Brasil recebeu perto de cinco milhões de imigrantes, dos quais 1 507 695 italianos, 683 382 espanhóis, 189 727 sírios e libaneses, 188 723 japoneses, 176 422 alemães, além de 1 391 898 portugueses. A maioria emigrou de seu país

<sup>18</sup> Para Ferreira (2004) é um Bras. MG.

<sup>19</sup> Ferreira (2004): brasileiro do Nordeste, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

<sup>20</sup> *Bilosca* seria uma variante de *birosca*? Para Cunha (1986) é um voc. de origem expressiva referente a estabelecimento comercial modesto no qual se vendem gêneros de primeira necessidade e bebidas alcoólicas.

<sup>21</sup> *Fono* é avarento no APFB e (bola de) *fona* no ALSE II.

de origem, logo após a abolição da escravatura no Brasil, incentivados pelo governo brasileiro para suprir a falta de mão de obra na lavoura de café. Anos depois, entre as duas grandes guerras, chegaram imigrantes em busca de melhores condições de vida, fugindo da perseguição política ou da miséria. O Quadro 1 mostra a evolução da imigração no Brasil no período de 1884 a 1933.

Imigração no Brasil, por nacionalidade (períodos decenais: 1884 a 1933)					
Nacionalidade	Efetivos Decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177
Japoneses	–	–	11.868	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e turcos	96	7.124	45.803	20.400	20.400
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	717.223

Fonte: BRASIL: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatística e 500 anos de povoamento. p. 226.

Os imigrantes, em suas relações sociais, de alguma maneira, nas mais diversas situações, teriam que se adaptar à nova realidade linguística num movimento de mão dupla: aprendendo o Português e transmitindo os conhecimentos de sua língua materna, sobretudo para nomear referentes específicos. Dentre as levas mais numerosas de estrangeiros, acreditamos que os espanhóis e italianos foram os que mais contribuíram na área do léxico. Os galicismos (CARDOSO, 1994), por sua vez, chegaram no início do século XIX com a corte portuguesa, impulsionados pelo prestígio que a língua francesa usufruía na época.

Sobre os empréstimos europeus registrados nos cinco primeiros atlas, ressaltamos que uma particularidade dos atlas do Nordeste (Bahia, Sergipe, Sergipe II e Paraíba) é a recorrência de galicismos, em sua maioria no campo semântico do vestuário: como *boá*, *bustiê*, *cachecol*, *cachecu*, *cachenê*, *fichu*, *baeta* e *colete* (tipos de agasalho); *pincenê* e *luneta* (óculos); *sutiã* e *calefon/califon/galifon*, além de *dama*, o que reforça a predominância do francês no Brasil até o século XX, como segunda língua a ser falada e cultura a ser imitada. Sobre o assunto, Cardoso e Ferreira (2000, p. 133) completam que:

numa reflexão, ainda que breve, sobre a estratificação do léxico e a sua

formação, fica nítida a disseminação dessas formas que, com o passar dos tempos, perdem sua vitalidade no falar urbano e remanescem nos falares rurais, a ilustrar os momentos distintos de interferência cultural que deixou as suas marcas na língua.

Cardoso (1988, p. 122) indaga se essa “influência francesa teria caminhado no sentido centros urbanos > áreas rurais, ou os padrões de organização da sociedade brasileira, nos séculos passados, com a fixação da burguesia nos centros rurais, poderiam ser outra fonte de explicação”.

Também recolhemos alguns espanholismos no ALSE II: *trancelim* (corrente) *mondongo* (tornozelo), *marraio* (?) (bolinha de gude), *realejo* (Bras. NE, gaita de boca); italianismos no ALSE II: *marinete*<sup>22</sup> (ônibus); do árabe: *azougue* (imã) dicionarizado com outros significados. Não são raros os vocábulos registrados como de origem ‘controversa’, como *aleive* (calúnia, ALSE II); os de formação onomatopaica: *querequexé* e *lexias* não dicionarizadas, como *bocapiu* (sacola de palha), *cutão* (roupa velha), *cutim* (tecido grosso), *badoga* (toco de cigarro), *bucafo* (bolinha de gude), *inturida* e *chulé* (prov. or. cigana).

No meio rural paranaense, ao contrário, cujo povoamento e ocupação territorial pelo homem branco só se deu mais tarde, o ALPR revela que nomes de origem francesa têm produtividade baixa, quase nula. Registramos apenas as variantes fonéticas para *sutiã* (com as variantes lexicais, *corpinho* e *corpete*), vocábulo de uso geral em todo o país, independentemente de outras variáveis. À ausência de galicismos, opõe-se a presença de espanholismos principalmente nas regiões sul e sudoeste paranaenses, com dente *colmi-lho/curnio* (dente canino ou molar), *sanga* (rio pequeno, córrego), *petiça* (variedade de banana), chuva de *granito/granizo*; *maragata*, galinha de *bombacha*, *bombachuda* (variedades de galinha), *maçanilha* (camomila), *bainha* (vagem do feijão) e *pandorga* (pipa, papagaio, brinquedo infantil que se solta ao vento), entre outras. Do italiano, temos diversos nomes da culinária, mas que não foram motivo de cartografia por não constarem dos questionários. Registramos, no ALPR, *bigato*, para bicho-de-fruta, e feijão *jalo/jaula* (do it. giallo).

Avançando um pouco no tempo, passamos à análise dos dados dos atlas estaduais concluídos e/ou publicados entre 2010 e 2018 que trazem particularidades linguísticas que carecem, ainda, de análises mais apuradas e cuidadosas.

---

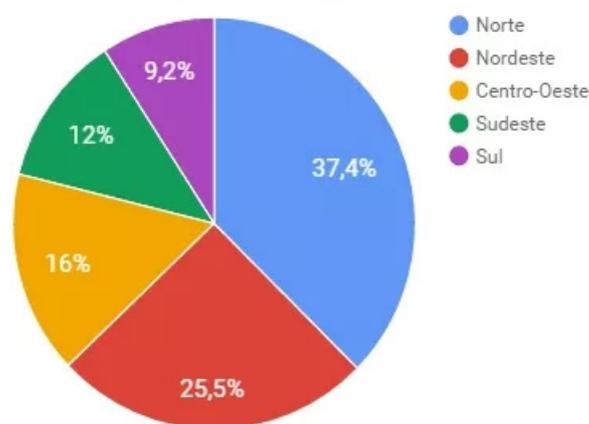
<sup>22</sup> A denominação *marinete* para ônibus, segundo Ferreira (2004), seria originária do antropônimo Filippo Tommaso Marinetti.

### Uma análise do acervo lexical de seis atlas estaduais concluídos e/ou publicados entre 2010 e 2018.

Dentre os seis atlas concluídos nos últimos dez anos, selecionamos para análise cartas do ALAM, ALiPE, ALAP, ALEAL e ALiTTeTO.

As questões do ALAM (CRUZ, 2004) culminaram na elaboração de 257 cartas linguísticas, sendo 107 Cartas Fonéticas e 150 Cartas Semântico-Lexicais. Devido às peculiaridades do Questionário adotado por Cruz, inteiramente voltado para a realidade amazonense, as áreas privilegiadas são mais específicas que as dos demais atlas, resultando, portanto, em um acervo tupi mais numeroso. A Região Norte, historicamente, é o espaço brasileiro onde se concentra o maior contingente indígena. Fontes como o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE documentam essa concentração conforme podemos visualizar no Figura 1 com a distribuição da população indígena por região no Brasil.

Distribuição da população indígena no Brasil por Região (IBGE 2010)



Fonte: <https://www.google.com/search?q=populacao+indigena+no+brasil+por+regioes>.

Acesso em: 28 out. 2010.

O Figura 1 mostra que as regiões Norte e Nordeste, juntas, abrigam perto de 63% da população indígena no Brasil, o que pode ser um fator que justifique o maior número de registros de nomes procedentes das línguas nativas brasileiras.

No ALAM, quantificamos cerca de 200 tupinismos, registrados na fala dos 54 informantes distribuídos pelos nove pontos da rede linguística. Não resta dúvida de que

algumas lexias se expandem por áreas amazonenses mais amplas, como *andiroba* (árvore), *arubé* (massa de mandioca), *beiju*, *boto*, *canarana*, *cataraca*, *chibé*, *coivara*, *coruba*, *crueira*, *cupuaçu*, *gamela*, *guariba*, *igarapé* (rio pequeno), *jirau*, *macaca* (amarelinha), *macaxeira*, *mandioca*, *mingau*, *mojica*, *panema*, *pereba*, *peteca* (gude), *pitiú*, *pupunha*, *timbó*, *tipiti*, *tracajá* e *tupé*, entre outras. Por outro lado, algumas delas são pouco produtivas e se restringem à fala de um ou de poucos informantes, como *crete-crete* (joão-de-barro), *caxinga* (aleijado), *pitiú* (mau cheiro), *membeca* (variedade de gramínea), *ariá* (mandioca), *puxirum* (mutirão), por exemplo. Vale destacar que, na Região Norte, o Amazonas é o estado de maior concentração indígena, o que justifica a significativa produtividade de tupinismos no atlas elaborado por Cruz (2004).

O ALiPE (SÁ, 2013), compõe-se de 105 cartas linguísticas, das quais cinquenta são fonéticas; 48, semântico-lexicais e oito, morfossintáticas. Temos neste tecido, ora a supremacia de itens do português mais antigo, ora do mais moderno, ora a predominância de vocábulos tupis e alguns tênues fios de línguas africanas. Do tupi, registramos: *gambá*, *cangambá*, *ticaca*, *tacaca* (provável redução de jaritacaca); *bituca* (Bras.); *tapuru*, *piranguero* (sovina), *peteca* (estilingue). De origem africana: *bunda canastra*; *macumba*, *catimbó* (feitiçaria, CUNHA, 1986; FERREIRA, 2004). Do português mais antigo: *sarolha*, *boca da noite*; do espanhol plat. e bras. do RS *bolita* (gude). Outras contribuições estrangeiras: para grampo de cabelo: *friso* (ital. Bras. PB) e *misse* (possível do ingl. *miss* Bras.), do francês: *crochê*, *tricô*. Registrados como brasileirismos: *ximbira* - bras. AL (gude); para grampo de cabelo, temos *biliro* (Bras. PB e PE); para toco de cigarro, temos *goia* (bras. N.E.) e *biola* - não dicionarizada.

O ALAP (RAZKY et al., 2017) consta de 16 cartas fonéticas, 73 lexicais e 30 cartas estratificadas<sup>23</sup>, nas quais destacamos uma coexistência ora harmoniosa, ora aguerrida, de lexias indígenas e portuguesas: *jarãna* e *mão-de-vaca*; *igarapé* com *riacho* e *córrego*; *macaxeira* e *mandioca*; *jamanxi* ao lado de *paneiro* e *cesto*; *jacinta* com *libélula* e *cigarra*; *tapuru* e *bicho da goiaba*; *mangará* e *umbigo* (inflorescência do cacho da bananeira); *gambá* e *mucura*; *carapanã* e *muriçoca* do tupi; ou africanas e lexias portuguesas: *banzeiro* (de *banzar* quimbundo) e *maresia*. Outras combinações possíveis no ALAP: *bostela* e *remela* (português regional e português médio); *catinga*<sup>24</sup> e *inhaca*<sup>25</sup>; *bagana* e *toco de cigarro*; o *compacto* ao lado do *ruge* e do *blush*; o *bombom* e a *bala*.

<sup>23</sup> Carta estratificada é a que traz as respostas de cada informante, isto é, os dados permitem identificar se foi o homem ou a mulher, se foi o jovem ou o menos jovem quem deu a resposta registrada na legenda.

<sup>24</sup> Para Ferreira, *catinga*, no sentido de mau cheiro, procede do guarani *kati* 'cheiro forte'.

<sup>25</sup> Para Ferreira, *inhaca*, vem do tupi, bodum, mau cheiro.

O ALEAL (2017), resultado da tese de Doiron, consta de 88 cartas, das quais 37 são fonéticas, sete morfossintáticas, uma metalinguística e 43 lexicais. Seleccionamos na trama destas últimas: formas africanas, portuguesas, tupis junto com outras de origem desconhecida, controversa ou não dicionarizada: *buzugo/buzo* (poss. africana) e *mangará* (tupi); *macaxeira*, *mandioca* e *aipim* (todas do tupi); *gambá* e *cassaco* (bras. do N.E.); *cachimbal* (não dic.) e *zigue-zigue* (onomat.) para a libélula; *lagarta* e *tapuru* (tupi), para bicho de fruta; *muriçoca* e *mosquito* para designar o pernilongo; *menstruação* e estar de *boi* (prov. quimbundo); *cigarro de fumo* e *boró* (bras.); *confeito* e *bala*; *ímã* e *azougue*; *flau*, *geladinho* e *jajá*, nenhum deles dicionarizados para o picolé vendido em saquinhos plásticos.

O ALiTTeTO é resultado da tese de Silva (2018), composto de 107 cartas linguísticas, sendo 73 fonéticas e 34 lexicais, das quais dezessete correspondem aos registros de informantes naturais da localidade (topoestáticos) e dezessete dos informantes procedentes de outros estados (topodinâmicos). Nesse atlas, verificamos algumas variantes provenientes: do tupi, *mangará*, *buzo*, *caçuá*, *jacá*, *muriçoca*, *carapanã*, *gambá*, *guariba*, *macaúba*, *mucura*; de línguas africanas, galinha *angolista*, *d'angola*, *guiné*; *mocotó*, *cancão*, *macaco*; do francês, *sutiã*, *bustiê*, *biquini*; do espanhol, *ramona*, *gigolé*. Além de lexias registradas como brasileirismos: *mambira* (bras. RS), *cofo* (cesto). Não constam dos dicionários: *lapixó*.

A análise dos atlas mais contemporâneos demonstra, igualmente, a complexa constituição do PB, repleta de fios que entrelaçam a cultura indígena, africana e europeia na mesma tela colorida, mas que ainda precisa ser preenchida por outras cores a serem oferecidas por estudos futuros.

### **Considerações finais**

Esses são alguns fios que se combinaram e se entreteceram nas telas dos atlas linguísticos estaduais do Brasil. Muitas vezes, o fio é espesso e forte, representado por lexias que se expandiram por áreas mais extensas, como os africanismos *moleque*, *xará*, *caçula*, *bunda*, *cochilo*, *batuque*, *quiabo*; ou indigenismos, como *cipó*, *capim*, *mandioca*, *aipim*, *macaxeira*, *jequitibá*, *araponga*, *caju*, *jabuticaba*, *tamanduá*, *piracema*; outras vezes é frágil e tênue, pequenos traços da presença tupi ou africana, como *banzé*, *jojoca*, *urupê*; outras de cores vivas, mas muitas vezes de origem obscura, sem darem uma pista sequer da sua origem, como *cocuruto*. Quem saberia dizer onde buscar a etimologia de *cobé* (feiticeiro), *xamboqueiro* (desajeitado), *ginge/gijo* (arrepio de nervoso); *pacau* (jogo de cartas), *sara-gaio* (mestiço), *semanso* (tacha), *susprandino* (jogo de dados) e *mondongo*? Quem pode-

ria, no primeiro contato, desconfiar que *chamechuga* é variante de sanguessuga, *munha* de moinha, *pordilongo* é uma variante de pernilongo, *criso-do-sol* é o mesmo que eclipse do sol? A pesquisa etimológica também é traiçoeira. Os homônimos são desconcertantes. Por exemplo, Cunha registra *capoeira*, ‘gaiola onde criavam e alojavam capões e outras aves domésticas; cesto em que se transportavam essas aves para o mercado, ou para vendê-las de porta em porta, 1583, deduz-se que venha de capão < lat. *cappone*, portanto de formação vernácula; e *capoeira*, ‘terreno onde já houve roça e foi reconquistado pelo mato’. 1577, do tupi: ‘ko’ roça + puera’ que já foi.

O fato de os dicionários não comportarem todo o acervo da fala popular mapeado pelos atlas pode estar na dificuldade de encontrarem, se não a etimologia, pelo menos a procedência de tantas formas únicas, isoladas, registradas, não raramente, em apenas um falante, em uma localidade da rede de pontos investigada. Não se trata de tarefa menos importante o trabalho do dialetólogo ou lexicógrafo tecelão que vai reconstituir a forma original do tecido a partir dos fragmentos que aí estão, fios tênues que, muitas vezes, sobrevivem (ou sobreviveram) na voz de um único informante, de uma só localidade.

Como vimos, não são poucas as lexias que compõem o acervo lexical dos cinco atlas publicados, durante o século passado e dos cinco concluídos, nestes últimos vinte anos, que aqui analisamos, e que ainda estão à espera de uma investigação etimológica mais profunda, empreendida por meio de dicionários específicos, que associem a vitalidade do vocábulo com a presença do homem que o transportou e lhe deu vida.

O ideal seria que, em vez de informações genéricas como *brasileirismos*, *formação obscura* ou *formação expressiva*, pudéssemos afirmar com precisão: em qual ou quais comunidades de fala predominam tais formas? Qual foi a motivação para o nascimento desse signo linguístico? Em que contextos sociais foram ou podem ser usados? E principalmente: que movimentos sociais propiciaram a vitalidade ou a decadência de uma variante?

Mas, diante da impossibilidade de responder com segurança àquelas e a tantas outras questões, resta-nos corroborar a assertiva de Aguilera (2009, p. 68), para quem

a expansão, a concentração, a interseção e o desaparecimento de formas linguísticas em dado espaço geográfico são condicionados pela história social da região, pelas características étnicas da população e por condicionantes sócio-histórico-geográficos que determinam a forma de viver e de pensar de um grupo social.

## Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Arcaização, mudança e resistência lexicais em atlas linguísticos brasileiros: o rural e o urbano. *In: De arte grammatica: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 65. Geburtstag*. Cornelia DÖLL; Sybille GROBE; Christine HUNDT; Axel SCHÖNBERGER (Hrsg.). Frankfurt am Main: Valentia, 2010, p. 19-32.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Tupinismos lexicais no português brasileiro: trilhas e traços no Paraná. *In: Sybille GROBE; Axel SCHÖNBERGER (em colaboração com Cornelia Döll e Christine Hundt) (Ed.). Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag*. Frankfurt am Main: Valentia, 2002, p. 19-40).

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Um caminho para a história do português brasileiro: cruzando os brinquedos infantis com a história social. *In: Eberhard GÄRTNER; Axel SCHÖNBERGER (eds.) Frankfurt am Main: Valentia, 2009, p. 49-70.*

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Um caminho para ao conhecimento da história da língua portuguesa no Brasil: as brincadeiras infantis. *In: TROTTER, David, Actes du XXIV<sup>e</sup> Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Aberystwyth: Max Niemeyer Verlag, 2004, p. 11-26.

ALKMIM, Tania; PETTER, Margarida. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. *In: PETTER, Margarida; José Luiz Fiorin. África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 145-178.

ALTINO, Fabiane Cristina. *Atlas Linguístico do Paraná II*. Tese. Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2007.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de, BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. *Atlas linguístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984, v. 1 e 2.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 5 ed. 5 vol. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

BIDERMAN, Maria Tereza. O léxico testemunha de uma cultura. *In: Kaleidoskop der Lexikalischen Semantik*. Ulrich Hoinkes / Wolf Dietrich (Hrsg.) Gunter Narr Verlag Tübingen, 1997, p. 308-399.

BONVINI, Emilio. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. *In: PETTER, Margarida; José Luiz Fiorin. África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 101-144.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. Londrina: EDUEL, 2014, v.1, 2.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas lingüístico de Sergipe- II*. Salvador: EDUFBA, 2005.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Sobre a presença de empréstimos em falares rurais brasileiros. In: Ramón Lorenzo. *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*, v. VI. A Coruña: Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”, 1994, p. 713-726.

CARDOSO, Suzana Alice. Língua: meio de opressão ou de socialização? In: CARDOSO, Suzana Alice; FERREIRA, Carlota da Silveira. *O léxico rural: glossário, comentários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000, p. 133.

CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra Andrade. Para uma nova dimensão dos estudos dialetais brasileiros. In: *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto Editora, 2006, p.15-26.

COSERIU, Eugenio. La geografía lingüística. In: *El hombre y su lenguaje*. 2 ed. Madrid: Gredos, 1991, p. 103-158.

CRUZ, Maria Luíza de Carvalho. *Atlas lingüístico do Amazonas*. 2 v. xerocópia. Tese. Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 9 ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1986.

DAUZAT, Albert. *La géographie linguistique*. Paris: Ernest Flammarion, 1922.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

DOIRON, Maranúbia Pereira Barbosa. A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas (ALEAL). Tese defendida na Universidade Estadual de Londrina e Université Grenoble Alpes. 2 v. 488 f., 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Carlota et al. *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador: UFBA – Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

HOUAISS, Antônio. *A língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Designações para estilingue em atlas linguísticos brasileiros: perspectivas diatópica e sócio-histórica. In: TROTTER, David, *Actes du XXIV<sup>e</sup> Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Aberystwyth: Max Niemeyer Verlag, 2004, p. 533-546.

LOBO, Tânia. Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil. *Estudos de lingüística galega* 7, 69-82, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa, em Tania Maria Alkmim (ed.), *Para a história do português popular brasileiro*. v. 3 – Novas histórias. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 443-464.

MENDONÇA, Renato A influência africana no português do Brasil. [1933] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4 ed. 1973.

PETTER, Margarida Taddoni. *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 27-28: 63-89, 2006.

PETTER, Margarida Taddoni. O léxico compartilhado pelo português angolano, brasileiro e moçambicano. *Veredas*, 2008, v. 9, p. 61-81, Porto Alegre.

PISCIOTTA, Harumi. Geografia lingüística e diacronia. CONGRESSO INTERNAZIONALE DI LINGÜISTICA E FILOGIA ROMANZA, 21, 1995, Tübingen. Atti... Tübingen: Niemeyer, 1998 v. 5. Centro di studi filologici e linguistic siciliani, Università di Palermo, 18-24 settembre 1995. A cura di Giovanni Ruffino.

RAZKY, Abdelhak; RIBEIRO, Celeste Maria da Rocha; SANCHES, Romário Duarte. *Atlas Linguístico do Amapá*. São Paulo: Labrador, 2017.

RIBEIRO, José et al. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Tupi, Tupinambá, Línguas Gerais e Português do Brasil. *O português e o tupi no Brasil*. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (orgs.). São Paulo: Contexto, 2010, p. 27-48.

ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

SÁ, Edmilson José de. *Atlas linguístico de Pernambuco*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013, 417 f.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

SILVA NETO, Serafim. *Guia para estudos dialetológicos*, Florianópolis: [s. ed.], 1957.

SILVA, Greize Alves da. *Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALITTETO)*. 2018. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

VENY, Joan. *Introducció a la Dialectologia Catalana*. Barcelona: Enciclopèdia Catalana, 1985.



Data de submissão: 30/11/2020

Data de aceite: 18/06/2021